

## **Pezarat, Bittencourt e Capoco: os diferentes conceitos para a análise do processo de independência angolano (1961-1975)**

João Vitor de Armas Teixeira, UFPel<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho se propõe a realizar uma reflexão acerca dos conceitos empregados pelos autores Pedro Pezarat, Marcelo Bittencourt e Zeferino Capoco para o estudo do processo de independência angolano, compreendido entre os anos de 1961 e 1975. A partir de dois livros e de uma tese de doutoramento, foi possível observar que para as diferentes metodologias e perguntas foram empregados conceitos distintos para um mesmo recorte temporal.

**Palavras-chave:** Angola; Independência; Guerra Colonial.

### **Abstract**

The present work has the purpose to make a reflection about the concepts used by the authors Pedro Pezarat, Marcelo Bittencourt e Zeferino Capoco for the study of the angolan independence process, understood between the years of 1961 and 1975. Starting from two books and one doctoral thesis it was possible to conclude about different methodologies and questions was used distinct concepts for the same temporal clipping.

**Key-words:** Angola; Independence; Colonial War.

### **Introdução**

O processo de independência angolano está inserido na esteira de acontecimentos da década de 1970, denominada por Visentini (2012) de a “Década das Revoluções”. Foi um período convulsionado no Terceiro Mundo, no qual houve revoluções na Etiópia, Vietnã, Irã, Nicarágua e Afeganistão. Tais movimentos foram provocados por uma profunda crise do sistema capitalista, fruto do fim da expansão econômica pós Segunda Guerra Mundial, que deslocou as contradições dos países capitalistas industrializados para a periferia, resultando na desvinculação do dólar ao ouro, em 1971, a alta no preço do petróleo, provocado pela guerra do Yom Kippur (1973), bem como a nova estrutura da produção em escala mundial (VISENTINI, 2012).

Contudo, a década de 1970 - para além da crise estrutural do bloco capitalista - é o ápice de um movimento de maior duração para as colônias portuguesas, principalmente para Angola e Moçambique. Afinal, as raízes da dominação remetem ao século XV, quando primeiro contato dos portugueses com os africanos, no qual se estabeleceram relações entre o Império Português e o Reino do Congo. No século XVI, o reino congolês sofreu ataques das populações

---

<sup>1</sup> Graduando em História – Licenciatura na Universidade Federal de Pelotas.

Jaga e apelou aos portugueses para repelir os agressores, entretanto, por conta do impulso do tráfico transatlântico de escravos e a necessidade de mão de obra barata para a exploração econômica da cana-de-açúcar no Brasil, o governador de São Tomé foi enviado em uma expedição militar para, além de expulsar os Jaga, conquistar o território ao sul do Congo e, em 1575, fundar a cidade de Luanda, tornando-a colônia portuguesa e passando a perseguir e aprisionar sistematicamente os Mbundu, etnia majoritária na região. Entretanto, a colonização portuguesa, pelo menos até a primeira metade do século XIX, ficou restrita à costa do país, especialmente nas cidades portuárias de Luanda e Benguela e, até então, “é seguro dizer que jamais existiu em Angola um número superior a 3.000 cidadãos portugueses” (ANDERSON, 1966. Apud FEIJÓ, 2011, n.p.). A ocupação do interior da colônia por parte da metrópole ocorreu somente no final do século XIX, com a inserção de companhias concessionárias, sobretudo inglesas e belgas. Isso se deu por virtude do baixo poderio econômico português, que não possuía, àquela altura, empresas desse porte, típicas da Segunda Revolução Industrial. Portanto, Portugal serviu como um “fiel gendarme do capital estrangeiro” (FEIJÓ, 2011) para esses empreendimentos nas suas colônias e, em troca, recebeu o reconhecimento de sua soberania no rio Congo pelo parlamento inglês. Na prática, era como se as colônias portuguesas na África fossem colônias britânicas e tal fenômeno iria contribuir para a Conferência de Berlim, que ocorreu em 1884 e 1885, e foi chamada de Partilha da África, resultando que “ao final do século XIX, os territórios de Angola e Moçambique assumiriam o aspecto fronteiriço praticamente como hoje o conhecemos” (ANDERSON, 1966. Apud FEIJÓ, 2011, n.p.).

Já no século XX, ocorreu o período republicano de Portugal, compreendido entre 1910 e 1926, que buscou fomentar certa autonomia em suas colônias, contribuindo para a formação dos primeiros movimentos políticos, como o Partido Reformista de Angola, em 1910, e da Liga Angolana, em 1912 (VISENTINI, 2012). O caráter desses movimentos, no entanto, era essencialmente reformista e visava buscar, dentro da estrutura colonial, algumas vitórias políticas, ou seja, sem formar um movimento nacionalista, como se viu no continente nas décadas posteriores. Contudo, apesar dessa relativa autonomia,

o século XX inaugurou em Portugal um grande número de expedições militares para subjugar à força as populações renitentes. Apesar do influxo de esforços bélicos ocasionados pela Conferência de Berlim, foi somente ao final da Primeira Guerra Mundial que se pôde dizer que havia certa estabilidade no domínio militar português em Angola, impetrada através de sucessivas campanhas militares em direção ao interior. É importante dizer que embora a situação geral aparentasse relativo equilíbrio de forças pendente para o lado português no alvorecer do século XX, certos grupos étnicos continuariam sendo infensos à presença portuguesa até, pelo menos, a década de 1940 – a

exemplo da etnia dos bakongo, ou em regiões do distrito de Malange (FEIJÓ, 2011, n.p.).

Desse modo, se as primeiras décadas dos 1900 possibilitaram a criação de algumas organizações políticas na colônia, bem como intensa repressão militar, a década de 1930 se mostraria nefasta. Em 1933, António de Oliveira Salazar instaurou o Estado Novo, um regime extremamente repressivo e que evitava ao máximo a participação ou mobilização popular. O movimento era nacionalista e de certa influência fascista, forte militarismo e de partido único, caracterizado como corporativista (MANN, 2008). Em 1935, oriundo do Gabinete de Salazar, foi assinado o *Acto Colonial*, futuramente incorporado à Constituição Portuguesa, em 1951, mudando o caráter de colônias para províncias ultramarinas (PINTO, 2009. apud. FEIJÓ, 2011, n.p.), desse modo foi aceito como membro da ONU, em 1955, por não “governar territórios não-autônomos” (FEIJÓ, 2011, n.p.). Mesmo sendo membro das Nações Unidas, as pressões internacionais não cessaram, de maneira que o salazarismo teve de buscar uma justificativa para a manutenção de seus domínios ultramarinos, com vistas a manter seu prestígio no plano internacional. Assim sendo, é de fundamental importância Gilberto Freyre, o sociólogo e historiador brasileiro que se tornou o ideólogo salazarista do colonialismo, desenvolvendo o conceito de “lusotropicalismo”, que consistia em uma integração dos povos lusos com os tropicais, assinalando o caráter totalmente singular do luso-colonialismo e de que “o português não representava uma força opressora, mas um ponto *harmônico* (grifo do autor) de contato entre culturas e etnias diversas” (FEIJÓ, 2011, n.p.). É relevante salientar que tal concepção está inserida em uma conjuntura de nascimento do nacionalismo africano, no qual líderes como Kwame Nkrumah (1909-1972), de Gana, Sekou Touré (1922-1984), de Guiné, Ben Bella (1916-2012), de Argélia, entre outros líderes e independências da década de 1950 tiveram grande ressonância no continente. Concomitantemente, Portugal buscou integrar suas províncias ultramarinas, investindo em infraestrutura, transportes e buscando certo desenvolvimento econômico, especificamente em Angola, o que gerou intensa migração para o país africano. Entretanto, tais medidas não foram suficientes para barrar as influências libertadoras na província, que influíram na formação de alguns movimentos políticos entre as décadas de 1950 e 1960, como a Aliança dos Bakongos (ABAKO), em 1953, que tinha como objetivo unificar a população Bakongo em torno de um movimento pela restauração do antigo reino do Congo; Movimento pela Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), em 1953, que lutava pela independência de Cabinda, uma região com grandes recursos petrolíferos ao norte de Angola; a Frente Revolucionária Africana para Independência das Colônias Portuguesas

(FRAIN), com sede em Conacri (Guiné), possuía agências avançadas na Alemanha Oriental, Londres, Accra, Leopoldville, Tunes, Praga, Varsóvia e Casablanca, buscava a união dos movimentos anticoloniais, contudo, era pacifista e contra a luta armada; a Frente de Unidade Angolana (FUA), formada nas cidades de Benguela e Lobito, entre 1959 e 1961, buscava desenvolver a consciência nacional dos angolanos; FULA: Frente Unida para a Libertação de Angola, formada em 1960, com sede em Luanda, possuía caráter reformista; Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos (LGTA), formada em 1961, Leopoldville, visava auxiliar os refugiados e desenvolver um sindicato no Congo belga; e o Movimento Nacional de Libertação de Angola (MLNA), formado em 1959, era mais radical e defendia a democracia racial (FERREIRA e CAMPOS, 2013). Porém, foram movimentos que não alcançaram os seus anseios políticos, bem como não alcançaram a vanguarda pela independência, mas cumpriram papel fundamental para difundir ideologias e, logicamente, com suas dissidências e agitações políticas, possibilitaram a formação dos três movimentos nacionais que disputaram o poder na década de 1970, mais especificamente o Movimento Popular pela Libertação de Angola (1956), a Frente Nacional de Libertação de Angola (1962) e a União Nacional pela Independência Total de Angola (1964), segundo Visentini (2012).

É necessário compreender que as décadas que marcaram as ondas de independências no continente africano estão inseridas em um contexto mais amplo, de uma disputa global por influência política entre os Estados Unidos e o bloco socialista, encabeçado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, fazendo com que a África tenha cumprido papel central no plano geopolítico mundial. Nesse cenário, as disputas no continente seguiram o mesmo padrão de conflitos armados indiretos, com as potências apoiando diferentes grupos em disputa. De um lado, o bloco capitalista visava evitar a influência soviética e buscava transições – na medida do possível – pacíficas, estabelecendo um acordo entre a metrópole e os colonizados (MARQUES, 2013); já a “União Soviética (URSS) se destacou como apoiadora dos movimentos nacionalistas de libertação, na oposição ao que denominava imperialismo capitalista” (MARQUES, 2013, p. 209). Contudo, no terreno africano, a ilha socialista de Cuba foi protagonista, “a presença cubana com peso expressivo no continente africano chegou a dar ao pequeno país latino-americano o status de ‘potência estrangeira’, mesmo na bibliografia sobre o tema” (MARQUES, 2013, p. 224). E é nessa conjuntura que pretendo analisar, com base nos textos de Pezarat (1996), Bittencourt (2008) e Capoco (2013), as diferentes interpretações e os diferentes conceitos empregados no processo de independência angolano, desde sua fase inicial até a declaração de independência.

## Pedro Pezarat

Pezarat, em seu livro *Angola: Do Alvor ao Lusaka*, busca tratar do processo de independência angolano de forma mais sistemática, mas também desconstruiu visões eurocêntricas do processo. Sobre o conceito de *descolonização*, por exemplo, Pezarat considera que há duas tendências claras: uma “que leva a confundir o todo de um processo de descolonização com a parte de um seu aspecto particular, ou seja, com a transferência do poder da potência colonizadora para o povo até aí colonizado”, e outra

que leva a encarar a descolonização como uma dádiva da potência colonial ao povo colonizado, esquecendo-se que, no seu próprio processo de descolonização, um povo não é descolonizado, isto é, não é um agente passivo, descoloniza-se, é um sujeito ativo, porque a descolonização não é, no essencial, feita pela potência colonial e é, sim, iniciativa e conquista do povo colonizado. (PEZARAT, 1996, p. 16)

De acordo com o autor, tais tendências resultam em interpretações distorcidas e egocêntricas (PEZARAT, 1996), ou seja, nem esta e nem aquela, é necessário compreender o processo de independência de maneira mais ampla, levando em consideração o longo processo de guerra colonial e o próprio regime salazarista e sua política de ultramar. Por isso, o autor compreende que há um processo chamado “ciclo descolonizador”, que é composto por cinco fases, sendo elas: “tomada de consciência, luta de libertação, transferência do poder, independência e consolidação da identidade nacional” (PEZARAT, 1996, p. 17). Contudo, cada etapa é considerada viva, e influencia a seguinte, além de cada processo ser decisivo para o próximo, de modo que todo o curso dos acontecimentos fica dependente da maneira como as diferentes etapas transcorrerem.

Pezarat entende o período de *descolonização* como um processo temporal mais longo e compreende que há uma distinção entre o período anterior e o período durante, ou seja, para o autor a

potência colonial só participa inteiramente num processo de descolonização na fase da transferência do poder. Nas fases anteriores, a sua ação orienta-se no sentido de contrariar a descolonização, travando-a ou retardando-a e procurando preservar o estatuto colonial” (PEZARAT, 1996, p. 17).

Todas essas etapas são distintas e cada uma possui seu *modus operandi*. O fator que o autor compreende perpassar indistintamente por todo o processo de independência angolano é a violência, que esteve presente desde os primeiros movimentos independentistas até o processo

posterior à independência, traçando nesse ponto uma continuidade entre o período colonial e o período pós-colonial. Outros fatores contribuíram para que o processo pós-independência tivesse a característica violenta, eles são os mesmos que fomentaram o período final da guerra colonial,

os conflitos internos entre os movimentos de libertação; a guerra fria e a sua expressão em Angola, através dos apoios antagônicos das superpotências e das guerras por delegação que aqui, como em tantas outras partes do terceiro mundo, promoveram; o conflito regional, determinado pelo estertor do *apartheid* na África do Sul, na sua tentativa desesperada de contrariar o seu esgotamento, materializada na desestabilização dos países vizinhos recém-chegados à independência e nas invasões de Angola, que teimava em não se sujeitar à sua vontade. Nenhum destes fatores foi, em Angola, produto da independência. Todos a precederam e persistiram para além dela (PEZARAT, 1996, p. 19).

Entretanto, mais considerações a respeito do processo posterior de guerra civil não são relevantes para o que este trabalho se propõe a realizar, sendo importante dizer que isso faz parte do chamado “ciclo descolonizador”, defendido por Pezarat. Para o autor, a *descolonização* e seu ciclo só terão terminado quando todo o processo de violência tiver terminado, ou seja, com o término da guerra civil. Já que o texto do autor é de 1996, pode-se concluir que o “ciclo descolonizador” em Angola findou somente em 2002, quando oficialmente houve o cessar-fogo.

Pezarat ressalta outros fatores que transcendem o próprio esquema: a guerra civil e a intervenção estrangeira. Esses dois fatores estão presentes na guerra colonial e se farão presentes no pós-colonial. O autor caracteriza a *guerra colonial* em Angola como uma “guerra multifacetada”, formada por quatro componentes: o primeiro “era a luta de libertação, que opunha os movimentos de libertação ao regime colonial português e, no terreno, às Forças Armadas Portuguesas”; o segundo era “o conflito regional, materializado nos apoios antagônicos que os países vizinhos prestavam aos movimentos de libertação e na colaboração, inclusive no plano militar, da África do Sul com Portugal” (PEZARAT, 1996, p. 28); o terceiro era o “quadro geral da guerra fria, com as duas superpotências a disputarem em Angola o alargamento das suas áreas de influência na África Austral” e “uma guerra civil entre angolanos, esta também comportando vários elementos caracterizadores” (PEZARAT, 1996, p. 29).

Entre as caracterizações inseridas no processo imediato de guerra colonial e o contexto mais amplo da descolonização como um todo, está o fato de a guerra civil e a

guerra colonial colocar angolanos dos movimentos de libertação contra angolanos incorporados nas Forças Armadas Portuguesas e nas Forças

Auxiliares (Grupos Especiais, Tropas Especiais e Flechas) que participavam nas operações integrados nas forças portuguesas (PEZARAT, 1996, p. 31).

Portanto, para Pezarat, o que ocorre entre 1961 (ano do início da guerra colonial) e 1975 (independência) se caracteriza como “várias guerras civis cruzadas” (PEZARAT, 1996, p. 31), contudo

Não seriam guerras civis clássicas, face à doutrina da natureza dos conflitos, porque nem todas as forças que se confrontavam eram forças militares institucionalizadas, e porque se verificavam dentro de um quadro político ele próprio não institucional, condições necessárias para se poder incluir um conflito na definição de guerra civil (PEZARAT, 1996, p. 31-32).

Contudo, mesmo que essa guerra civil cruzada entre angolanos dos três movimentos de libertação e entre esses e os angolanos das Forças Armadas Portuguesas e Forças Auxiliares seja paradigmática, alguns elementos de guerra civil tradicional permaneciam, como “conflitos internos, prolongados no tempo, visando a conquista do poder” (PEZARAT, 1996, p. 32). Para o autor, ao contrário da cronologia convencional, a guerra civil começa antes da independência e é alimentada pela própria guerra colonial.

Após o Acordo de Alvor, realizado em 25 de janeiro de 1975, o qual estabelecia que o MPLA, a FNLA e a UNITA formariam um governo de transição pacífico para a independência, a guerra colonial chega ao fim, contudo, todos os outros componentes se acirraram.

Do cenário da guerra civil desapareceu, depois do Alvor, o conflito entre angolanos dos movimentos de libertação e angolanos das Forças Armadas Portuguesas, mas isso só veio reforçar a outra face da guerra civil, uma vez que os angolanos desmobilizados das fileiras portuguesas foram rapidamente reforçar os vários movimentos de libertação (PEZARAT, 1996, p. 34).

Entretanto o conflito passou a ter características de guerra civil mais tradicional, não mais sendo uma *guerra civil cruzada*, portanto, o autor considera seguro utilizar o conceito de guerra civil tradicional para o estudo dos acontecimentos de janeiro de 1975 até 2002.

### **Marcelo Bittencourt**

Bittencourt, em seu livro, *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial*, de 2008, não busca sistematizar os diferentes momentos daquilo que Pezarat chama de *guerra colonial*, Bittencourt chama de *luta anticolonial*. Bittencourt dá ênfase aos processos endógenos angolanos, ou seja, compreende que os fatores internos foram mais decisivos que as intervenções externas na formação dos movimentos, por isso sua conceituação sobre as diferentes etapas da independência angolana.



Bittencourt dá muito peso ao contexto angolano pós-1961, que era de prosperidade econômica e, portanto, isso influenciou de maneira decisiva sua *luta anticolonial*. E essa luta possuía estratégia simples:

a intensificação da guerra foi deixando claro que qualquer solução, militar ou negociada, que comportasse a permanência dos interesses portugueses em Angola só poderia ser encontrada se fosse conquistado um razoável apoio dos africanos (BITTENCOURT, 2008, p. 56).

O autor também considera algumas *ações anticoloniais*, as quais tinham caráter reivindicatório, localizadas nas cidades, mas facilmente reprimidas pela polícia política portuguesa, a PIDE. Apenas um exemplo é citado: a revolta dos camponeses de Baixa Cassanje, na qual os três movimentos de libertação fomentaram a ação.

Dentro do quadro das revoltas, Bittencourt (2008) compreende que em 1961 houve a explosão de uma “revolta anticolonial”. Se, na formação dos movimentos, na maneira como se instalaram na sociedade e formaram suas ideologias o fundamental foi o contexto colônia-metrópole, um curto período de prosperidade econômica, etc., a *revolta anticolonial* foi fruto do contexto continental de libertação das colônias africanas na década, que iniciou na década de 1950 e teve ressonância na década posterior.

Após o impacto de 1961, o processo tomou caráter mais estratégico, mais posicional, com táticas de guerrilha e formação de zonas militares entre os dois grupos em disputa: o MPLA e a União dos Povos de Angola, a UPA (que posteriormente tornou-se FNLA). Essa organização vai ser chamada de *luta anticolonial* e é pertinente ressaltar que em nenhum momento Bittencourt emprega o conceito de guerra civil neste momento, ao passo que Pezarat compreende que desde o início do processo de libertação já há, intrinsecamente, um processo de *guerra civil cruzada*.

Por fim, Bittencourt está mais associado à cronologia tradicional, compreendendo o processo angolano em três principais etapas: *luta anticolonial*, independência e guerra civil. Isto é, houve *luta anticolonial* por conta do inimigo comum dos movimentos ser o país colonizador, ou seja, Portugal; independência por ter sido um processo de conflito, mas decidido rapidamente e previamente estabelecido e, por fim, guerra civil, por conta do conflito entre o MPLA, pois naquele momento o governo estava contra os insurgentes da FNLA e UNITA.

**Zeferino Capoco**



Capoco, em sua tese de doutoramento, compreende que a ideologia dos movimentos teve grande relevo na situação político-militar angolana, marcando, por conseguinte, o processo como um todo. Para o autor:

o ideal da luta dos movimentos nacionalistas angolanos pode ser visto em duas perspectivas: primeiro, a luta pelo poder contra o Estado colonial. Esta define-se também como a luta pela soberania nacional em defesa da formação de um novo Estado (CAPOCO, 2013, p. 112).

Capoco, ao contrário da *guerra colonial* de Pezarat e a *luta anticolonial* de Bittencourt, emprega o conceito de *guerra de libertação nacional* em Angola. Tal processo era acompanhado de um “longo processo revolucionário de luta pelo poder” (CAPOCO, 2013, p. 113).

Em concordância com Pezarat, que considera o conceito de descolonização mal empregado e/ou mal interpretado, Capoco considera que

a hipótese da descolonização foi largamente interpretada como o direito do território colonial de exigir a libertação total em ordem à obtenção da soberania nacional inserida no quadro jurídico do direito internacional da autodeterminação dos povos. Entendeu-se que a soberania pressupunha, para a sua efetivação, o recurso à força como forma de pressionar que tal direito fosse conquistado ao poder colonial (CAPOCO, 2013, p. 114).

Desse modo,

a ideia da descolonização política foi vista em várias perspectivas quer por europeus quer por africanos. Numa visão geral, para os europeus, significava entregar o poder às elites africanas e o retorno e confinamento das soberanias coloniais ao espaço europeu (CAPOCO, 2013, p. 123).

Contudo,

como entendeu o líder guineense Sékou Touré, a descolonização significava «a modificação fundamental, qualitativa, de tudo o que existia e estava estritamente conformado com o fenómeno colonial e deve agora ser adaptado ao exercício da nova soberania, pelo que devem ser destruídos os hábitos, as concepções, o modo de agir do colonizador, para deste modo, regressarem os povos às fontes culturais e morais da África, reintegrarem a sua própria consciência e reconverterem-se nos seus pensamentos e nos seus valores, às condições e aos interesses da África». Esta visão, entretanto, preconceituosa e irreal em nosso entender não reflete o sentido político de um mundo globalizado onde nenhuma sociedade conseguiria fechar-se a si mesma e aos seus valores, pelo que é desenquadrada dos verdadeiros objetivos e ideais da fundação do Estado em África (CAPOCO, 2013, p. 123-24).

Para Capoco, a ideia de edificação de um Estado não possui um aspecto linear, ela não é científica, ela depende do contexto específico de cada processo, da relação colônia-metrópole, de suas contradições internas, etc. Portanto, tal processo

inspira-se nas revoluções da mesma natureza, desencadeadas por outros povos, e com base nelas cria elementos próprios que lhe traçam horizontes no quadro das características específicas do respectivo povo e cultura (CAPOCO, 2013, p. 136).

Desse modo surge, novamente, para o autor, a questão de um processo revolucionário que leva à formação do novo Estado, não como em Pezarat e Bittencourt, que pressupõem uma continuidade dos eventos, Capoco compreende uma ruptura na independência angolana.

### **Conclusão**

Os três autores concebem o processo de independência angolano de diferentes maneiras. Pezarat, por exemplo, sistematiza o processo, buscando enquadrá-lo em um arranjo conceitual para melhor compreender o fenômeno, levando em consideração as contradições imersas nas análises mais superficiais. Bittencourt é menos sistemático e compreende o processo de independência angolano em três grandes processos, complexos e extremamente relacionados com as condições internas de Angola principalmente e Portugal. Por fim, Capoco leva em consideração o nacionalismo e as perspectivas de construção do Estado como centrais, compreendendo que a luta central era a soberania do Estado angolano e o conflito contra o país colonizador.

Pezarat critica o conceito da descolonização como um arranjo entre as elites coloniais e metropolitanas como transição pacífica para a independência, mas também uma forma de manter traços coloniais, sobretudo econômicos. O autor considera que o processo de descolonização é longo e perpassa a paz e a formação, estruturação e edificação de um Estado independente, e isso o aproxima de Capoco, que compreende a centralidade do Estado no processo de independência, bem como a crítica ao conceito empregado de maneira eurocêntrica. Bittencourt não se aprofunda sobre o tema, apenas assinala que o emprego de tal conceito pode fazer com que a análise pese mais na Revolução dos Cravos, de 1974, que propriamente todo o processo de luta anticolonial anterior, que já durava uma década.

Para o período inicial de independência, ou seja, quando os movimentos fazem as primeiras revoltas, sobretudo em 1961, são diferentes os conceitos usados. Pezarat compreende, dentro de seu ciclo descolonizador, esse processo como tomada de consciência; Bittencourt compreende como revolta anticolonial; já Capoco compreende como guerra de libertação

nacional. Isto é, Pezarat compreende que não havia um movimento de independência articulado, o que ocorreu fora a tomada de consciência, em um primeiro momento e, posteriormente, o início das ações armadas. Bittencourt salienta a espontaneidade do movimento, que em um primeiro momento era apenas uma revolta anticolonial. Capoco considera que, em 1961, já havia um movimento de independência estruturado e o emprego das armas já se configurava uma guerra de libertação nacional.

Para o período intermediário, ou seja, a partir de 1969 até 11 de novembro de 1975, Pezarat compreende que nesse momento há uma guerra civil cruzada, por conta dos conflitos de angolanos contra angolanos. Bittencourt compreende esse momento no qual os movimentos já estão estruturados, já estão dispostos no mapa de Angola com suas bases militares e seus apoios externos, solidificados como luta anticolonial. Capoco não emprega nenhum conceito diferente, afinal, desde o início se configura como uma guerra de libertação nacional.

Os conceitos empregados para caracterizar a declaração de independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, também possuem diferenças. Para Pezarat, esse foi um processo de transferência de poder (da metrópole para a ex-colônia), conjuntamente com independência, sem esquecer que esse é um processo multifacetado, o qual a guerra civil ocorre em paralelo. Bittencourt compreende o processo como independência, conquistada após a disputa pela tomada de Luanda, no momento em que Portugal deixa Angola. Para Capoco, a independência é um processo revolucionário, que rompe violentamente com a ordem colonial e reorganiza a formação ideológica e de construção do Estado angolano.

Portanto, cada autor buscou analisar e empregar diferentes conceitos para o estudo do mesmo objeto: o processo de independência angolano. O trabalho de Pezarat, embora busque traçar um panorama geral da situação angolana do Alvor (1975) ao Lusaka (1984), esmiúça os diferentes movimentos que ocorriam simultaneamente no processo angolano e defende a tese de que a guerra civil já começa no período colonial, ocorrendo, portanto, processos simultâneos, como o enfrentamento com a metrópole e com os movimentos de libertação, ou seja, uma guerra colonial e uma guerra civil paralelamente. Bittencourt, embora foque nas origens e no processo que levou o MPLA ao poder, dá grande ênfase aos processos sociais, à reação e à repressão da PIDE, às políticas raciais da colônia e à contribuição desses eventos para a constituição de um nacionalismo angolano que permitisse um movimento de cunho marxista-leninista encabeçar a independência. Capoco, em sua empreitada de edificar uma história política angolana entre os anos de 1961 e 1991, coloca em relevo as ideologias dos movimentos de libertação e a relação dessas com a formação do nacionalismo e do Estado, ressalta que os posicionamentos políticos

dos diferentes movimentos ofereciam diferentes formas de sanar a crise de formação do Estado e, por dar centralidade a esse fator, a independência surge como uma revolução, pois rompe com todo o aparato e toda a ideia de Estado para, no caso angolano, promover uma transição de Estado colonial para Estado socialista. Portanto, é evidente que as diferentes análises levaram ao emprego de diferentes conceitos que, por sua vez, podem flexibilizar as balizas temporais e os sentidos do complexo processo de independência angolano.

### Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Marcelo. **Estamos Juntos!**: O MPLA e a Luta Anticolonial. 1. ed., v. I. Luanda: Kilombelombe, 2008.

CAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado**: Um Estudo Sobre a História Política de Angola (1961-1991). Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais). Lisboa: Universidade Católica de Portuguesa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13435>. Acessado em 03/06/2019.

CORREIA, Pedro de Pezarat. **Angola**: do Alvor ao Lusaka. 1. ed. Lisboa: Hugin, 1996.

FEIJÓ, Brunna Bozzi. **Independência ou Revolução?**: Uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2011.

FERREIRA, José de Jesus ; CAMPOS, Luciana Cristina. A Formação Dos Movimentos Nacionalistas e a Libertação De Angola. **Conjuntura Internacional**. Minas Gerais: v. 10, n. 3, novembro 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/6488>. Acessado em 03/06/2019.

MANN, Michael. **Fascistas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. O apoio cubano em Angola durante o governo Neto e a abordagem em Zero Hora no final da década de 1970. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Rio Grande: v. 5, n. 9, 2013. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/download/167/161>. Acessado em 03/06/2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2012.